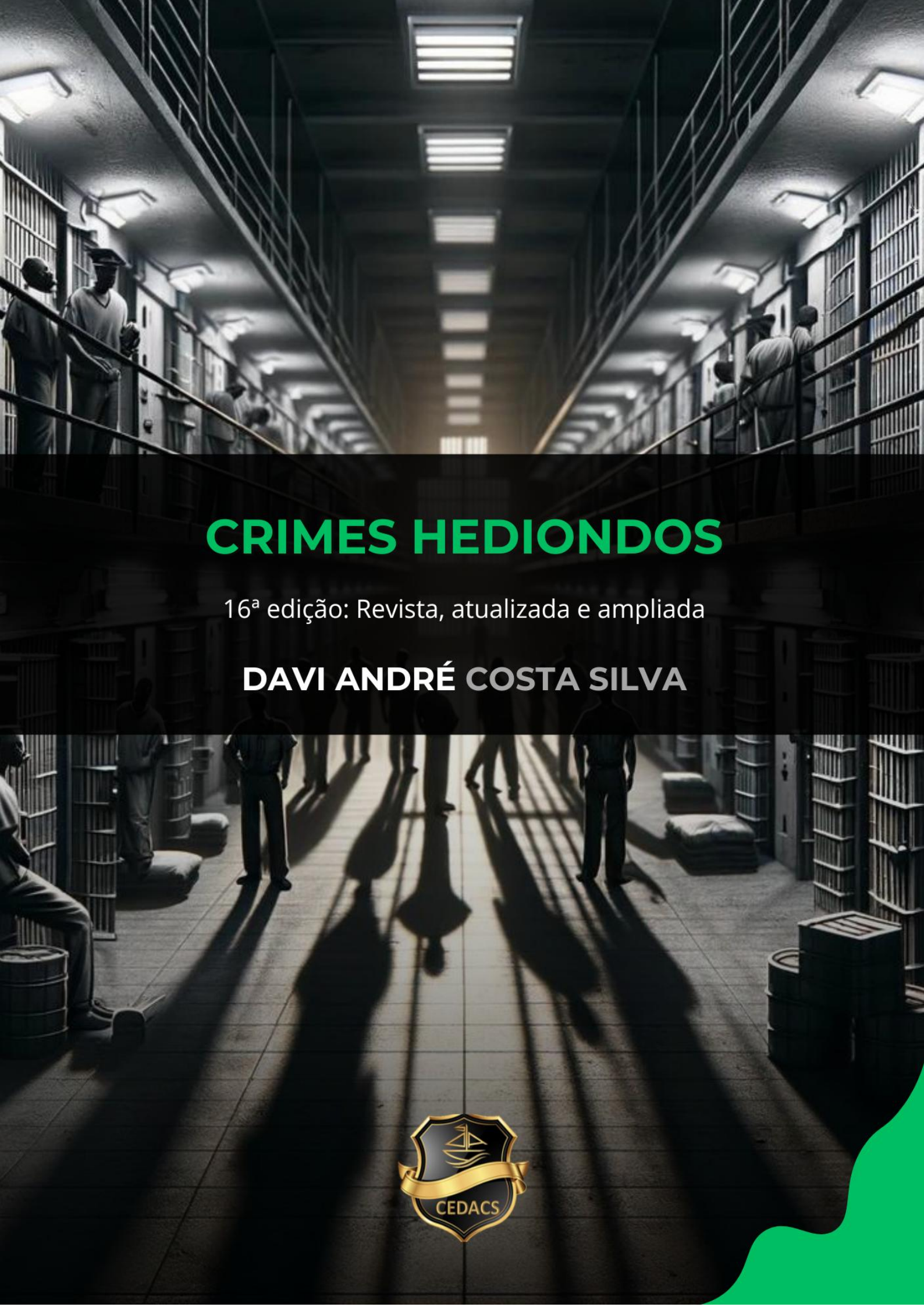




CRIMES HEDIONDOS

16ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



”

Nessa obra, abordaremos os principais aspectos da **Lei dos Crimes Hediondos**. Trata-se de legislação que afeta muitos institutos penais e, por isso, de sua reconhecida importância.

“

Sumário

Capítulo I - Disposições preliminares	06
1. Previsão constitucional e suas implicações	06
2. Principais fatos que impulsionaram a edição e as alterações da Lei dos Crimes Hediondos	07
3. Sistemas (ou critérios) de classificação dos crimes hediondos	07
4. Exclusão do crime de envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal	08
5. Consumação e tentativa	08
Capítulo II - Rol Dos Crimes Hediondos	08
Seção I - Crimes contra a pessoa	08
Subseção I - Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio	08
1. Homicídio simples	08
2. Crime hediondo condicionado	08
3. Milícia privada	08
4. Conceito de grupo de extermínio	09
5. Impessoalidade	09
6. Número de vítimas e de crimes	09
7. Competência	10
Subseção II - Homicídio qualificado	10
1. Exclusão do homicídio culposo	10
2. Inclusão de novas qualificadoras	10
3. O homicídio qualificado-privilegiado é crime hediondo?	10
4. Competência	11
Subseção III - Lesão corporal funcional	11
1. Criação das figuras	11
2. Crime hediondo condicionado	11
3. Parentesco	11
4. Lesão corporal simples	11
Subseção IV - Feminicídio	12
Subseção V - Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação circunstanciada	12
Subseção VI - Sequestro e cárcere privado qualificado	12
Subseção VII - Tráfico de pessoas contra criança ou adolescente	12
Seção II - Crimes contra o patrimônio	13
Subseção I - Roubo circunstanciado e qualificado	13
1. Evolução legislativa	13
2. <i>Nomen juris</i>	13
3. Figuras circunstanciadas hediondas	13
4. Figuras qualificadas hediondas	13
4.1 Roubo qualificado pela lesão corporal grave (art. 157, §3º, I, CP)	13
4.2 Roubo qualificado pela morte (art. 157, §3º, II, CP)	14
Subseção II - Extorsão qualificada	14
1. Evolução legislativa	14
2. Lex gravior	15
Subseção III - Extorsão mediante sequestro	15
Subseção IV - Furto qualificado	15
1. Criação da qualificadora	15
2. Figura hedionda	15
Seção III - Crimes contra a dignidade sexual	15
Subseção I - Estupro	15

Subseção II - Estupro de vulnerável	16
Subseção III - Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	16
Seção IV - Crimes contra a saúde pública	17
Subseção I - Epidemia com resultado morte	17
Subseção II - Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	17
1. “Falsificação” de cosméticos e saneantes – crime hediondo	17
2. Envenenamento de água potável e substâncias alimentícias e medicinais qualificado pela morte	17
3. Inconstitucionalidade da pena do art. 273, §1º-B, V, do CP	17
Seção V - Outros crimes hediondos	17
Subseção I - Genocídio	18
1. Conceito de genocídio	18
2. Previsão em Diplomas Internacionais	18
3. Objetividade jurídica	18
4. Modalidades típicas	18
Subseção II - Posse e porte de arma de fogo de uso proibido	18
1. Evolução legislativa	18
2. Esclarecimentos iniciais	19
3. Lei 13.497/2017	19
4. Lei 13.964/2019	19
Subseção III - Comércio ilegal de arma de fogo	20
Subseção IV - Tráfico internacional de arma de fogo	20
Subseção V - Organização criminosa	20
1. Gerações da legislação de combate ao crime organizado no Brasil	20
2. Figura hedionda	21
Subseção VI - Crimes militares	21
Subseção VII - Crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente	21
Capítulo III - Crimes Equiparados a Hediondos	21
Seção I - Tortura	21
Seção II - Tráfico ilícito de drogas	22
1. Ajuste terminológico	22
2. Identificação das figuras equiparadas a crimes hediondos	22
3. Tráfico privilegiado	22
Seção III - Terrorismo	23
Capítulo IV - Disposições Penais e Processuais	23
Seção I - Benefícios vedados	23
1. A questão da constitucionalidade da inclusão do indulto entre as vedações	23
2. Vedação à fiança	24
3. Liberdade provisória – evolução legislativa e jurisprudencial	24
4. Outros benefícios	25
5. Inelegibilidade	25
6. Coleta de perfil genético	25
7. Prioridade no julgamento	25
Seção II - Cumprimento da pena e a questão da progressão de regime	25
1. Evolução legislativa e jurisprudencial	25

2. Requisitos para a progressão de regime	26
Seção III - Direito de apelar em liberdade	26
Seção IV - Prisão temporária	27
1. Prazo diferenciado	27
2. Ampliação do rol dos crimes que admitem a prisão temporária	27
Seção V - Presídios Federais	27
1. Criação de Presídios Federais	27
2. Quem pode ser custodiado?	27
3. A quem compete a execução da pena?	27
Seção VI - Livramento condicional	27
1. Contextualização	27
2. Requisitos legais	28
3. Vedação ao livramento condicional	28
Seção VII - Colaboração com a justiça	28
Subseção I - Delação eficaz	29
1. Benefício legal	29
2. Direito subjetivo e personalíssimo do delator	29
3. Critério para a redução da pena	30
Subseção II - Traição benéfica	30
1. Ajuste terminológico	30
2. Condição para a concessão do benefício	30
3. Direito subjetivo e personalíssimo do delator	30
Seção VIII - Apenamento agravado para a associação	30
1. Forma especial de associação criminosa	30
2. Concurso material de crimes	30
3. Extorsão mediante sequestro qualificada	30
4. Associação para o tráfico	30
5. Associação para o Genocídio	30
Seção IX - Causas de aumento de pena	31
1. Dispositivo sem aplicação	31
2. Reflexos intertemporais	31
Seção X - Prazo em dobro para os procedimentos referentes ao tráfico de drogas	32
Obras consultadas e/ou citadas	33